



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

**Declaração de Dispensa de Licenciamento
Ambiental Estadual - DLAE**

Nº: 017523

Validade: 22/03/2020

Protocolo: 151159710

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ATIVIDADE DE:

Centro de Especialidades Médicas

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no contido no expediente protocolado sob o nº 151159710, expede a presente Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual à:

01 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Razão Social (Pessoa Jurídica) / Nome (Pessoa Física)

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CNPJ (Pessoa Jurídica) / CPF (Pessoa Física)

76995414000160

Inscrição Estadual (Pessoa Jurídica) / RG (Pessoa Física)

ISENTO

Endereço

RUA MIGUEL PROCOPIO KURPEL N°3883

Bairro

SÃO MIGUEL

Município

Chopinzinho

UF

PR

Cep

85560000

02 - IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento

Centro de Especialidades Médicas

Endereço

Rua Cel San Thiago Dantas nº 4826

Bairro

Centro

Município

Chopinzinho

Cep

85560000

Corpo Hídrico do Entorno

Iguaçu

Bacia Hidrográfica

Iguaçu

Destino do Esgoto Sanitário

Rede de Esgoto

Destino do Efluente Final

Rede de Esgoto

03 - DETALHAMENTO DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

Detalhamento da Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE

O responsável técnico pelo Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde é O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO. A empresa responsável pelo recolhimento dos resíduos de serviços de saúde contaminados é ATITUDE AMBIENTAL LTDA. A presente Autorização foi emitida de acordo com o que estabelece o Artigo 8º, inciso III da Resolução CONAMA N° 237/97, a Portaria IAP N° 026, a Resolução Conjunta 002/2005 SEMA-SESA e a Resolução CONAMA N° 358/2005, autorizando propriamente dito o empreendimento e atividades, devendo ser observados rigorosamente durante a sua operação, os itens abaixo:

- Os resíduos cortantes ou pontiagudos, deverão ser acondicionados em recipientes rígidos;
- O acondicionamento do resíduo de serviço de saúde deverá ser feito em sacos plásticos conforme NBR 9191, devendo o mesmo ser devidamente lacrado para posterior apresentação à coleta;
- Em nenhuma hipótese, deverá o resíduo ser colocado na calçada ou na rua, bem como não poderão ser colocados diretamente no chão, sem estarem devidamente embalados;
- Os Resíduos de Serviços de Saúde deverão ser apresentados à coleta, no interior do estabelecimento;
- O local deverá ser de fácil acesso aos veículos de coleta;
- O P.G.R.S.S., Plano de Contingência e/ou emergência deverão estar em local de fácil acesso, visível a todos os funcionários;
- Os diferentes tipos de resíduos gerados, após segregados, acondicionados adequadamente, deverão ser encaminhados ao abrigo dos resíduos para serem coletados, transportados ao tratamento e após a destinação final por empresas devidamente licenciadas por este IAP.

As alterações da capacidade de volume e produção, ora autorizado de conformidade com o estabelecimento pela Resolução SEMA/IAP N° 031/98 em seu artigo 4, requerem novos licenciamentos para a parte alterada e/ou ampliada, adotados os mesmos critérios do licenciamento.

A concessão desta Autorização não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual n° 857/79 - Artigo 7º, parágrafo II.

O não cumprimento a legislação ambiental vigente, sujeitará as sanções previstas na Lei Federal n° 9.605/98, regulamentada pelo Decreto n° 6.514/08.

Esta Autorização foi concedida com base nas informações constantes no Plano de Gerenciamento e cadastro específico apresentado pelo requerente e não dispensa, tão pouco substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente esteja sujeita, exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

É ônus do estabelecimento e de seu responsável técnico o perfeito funcionamento e aplicação na íntegra P.G.R.S.S.

De acordo com o previsto na Resolução CONAMA N° 358/2005, o estabelecimento deverá apresentar até o dia 31 de março de cada ano, ao IAP, declaração relativa ao cumprimento do P.G.R.S.S., subscrita pelo administrador principal do referido estabelecimento e pelo responsável técnico devidamente habilitado com respectiva ART.

A fixação desta autorização em local visível ao consumidor/usuário é obrigatória.

De acordo com o previsto na Resolução SEMA/IAP N° 031/98, Artigo 3º, parágrafo 3, deverá ser requerida à Renovação da Certificação de Cadastro Ambiental junto ao IAP, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias de expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Declaração de Dispensa de Licenciamento
Ambiental Estadual - DLAE

Nº: 017523

Validade: 22/03/2020

Protocolo: 151159710

- Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeita à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à autuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.
- O empreendedor deve comprovar, junto ao IAP, o registro de reserva legal – SISLEG.
- O IAP poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento.

04 - AUTENTICAÇÃO PELO INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ

Local e data: Pato Branco, 22 de março de 2018

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

VALMIR TASCA
CHEFE REGIONAL
IAP/PATO BRANCO/PR